

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

DENISE PEREIRA  
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO  
(ORGANIZADORAS)

Atena  
Editora  
Ano 2020

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS



DENISE PEREIRA  
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO  
(ORGANIZADORAS)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas  
ciências humanas

2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S115 Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas  
ciências humanas 2 [recurso eletrônico] /  
Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do  
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-312-5  
DOI 10.22533/at.ed.125202008

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I.  
Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Uma tradição, normalmente, pode ser definido como aquilo que se faz por hábito, um legado passado de uma geração para outra. Embora o historiador Hobsbawm tenha chamado atenção em uma obra bastante reconhecida entre historiadores de que as tradições, de maneira geral consistem em retomar “passado histórico apropriado”, em que o senso de continuidade ocupa um valor e uma necessidade centrais, e que, para isso, muitas vezes os diferentes grupos se constituem em torno de falsas noções de continuidade, ou seja, as tradições, podem, muitas vezes serem inventadas, a expressão saberes tradicionais traz consigo um elemento mais amplo do que a noção de continuidade a que nos referíamos acima.

Usualmente, a ideia de saber tradicional é usada para marcar um conjunto de noções e práticas que permeiam as sociedades e grupos e são ligadas, por exemplo, ao reconhecimento de propriedades de plantas, consensos e práticas sociais comuns, valores norteadores que parecem pertencer a uma realidade atemporal, ou seja, estiveram sempre presentes e são reconhecidas por um grande número de pessoas sem ter passado pelo espaço de “validação científica”, que nesse caso, significaria o crivo do método usado pela ciência para chegar em suas conclusões. Isso não significa, que, nos dias atuais não se possa falar de uma espécie de «terreno comum» em que se estabelece um diálogo, uma espécie de entendimento entre as esferas do conhecimento tradicional e do conhecimento contemporâneo, técnico e científico.

Essa troca existe, e é bastante presente, ainda que, nem sempre, essas esferas sejam consideradas de maneira equivalente, uma vez que a “ciência” acaba prevalecendo. Em ciências humanas, nos últimos anos, esse debate se fez cada vez mais presente, dado que o registro, o resgate e o entendimento desses saberes tradicionais sempre esteve na pauta, de uma maneira ou de outra, de seu campo de pesquisa. Nesse caso, o sentido de incompatibilidade não se faz tão presente como em outras tradições científicas. Ainda assim, tem se construído cada vez mais o entendimento de que esse resgate e a ideia de que os saberes tradicionais devam ser pesquisados e referidos, junto com eles chama-se a atenção para que os valores de justiça social, participação popular e sustentabilidade estejam sempre presentes e cada vez mais na pauta do processo de construção dos saberes. Assim, para além de base e fonte, se entende, nas ciências humanas, que há que se dar voz ao saber tradicional, e que o diálogo deste com o conhecimento científico constitui-se enquanto riqueza e multidimensionalidade do mesmo.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Janaína de Paula do E. Santo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS DIGITAIS: O CASO DA FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO	
Gabriel Luiz dos Santos Maria Celina Pedroso Alves Yuri de Lira Lucas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A REPRESENTAÇÃO DA VIDA RURAL POR MEIO DA MÚSICA SERTANEJA RAIZ E SUAS TRANSFORMAÇÕES – NAS VOZES DE TIÃO CARREIRO E PARDINHO	
Bruno de Caldas Martins Alessandro Henrique Cavichia Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
ALTERIDADE, IDENTIDADE E PROTAGONISMO INDÍGENA NO BRASIL E A DISPUTA PELAS TERRAS TRADICIONAIS	
Valéria Nogueira Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
AS MULHERES NAS “POESIAS BÍBLICAS” DE DANIEL FARIA	
Marcus Mareano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
CIBERCULTURA E AS NOVAS NUANCES EM SER NERD	
Adriele Cristina Rodrigues Lucia Helena Vendrusculo Possari	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
CIDADES SUSTENTÁVEIS: ESTUDO DOS INDICADORES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	
Juliana Moraes da Silva Souza Erbenia Lourenço de Oliveira Heverton Felinto Pedrosa de Melo	

Marucelle de Alcântara Bonifácio

**DOI 10.22533/at.ed.1252020086**

**CAPÍTULO 7.....74**

**CIRCULARIDADE, FOGO DOMÉSTICO E CRIANÇA KAIOWÁ: O CAMINHAR DAS CRIANÇAS PELA ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU**

Jéssica Maciel de Souza

Tania Milene Nugoli Moraes

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

**DOI 10.22533/at.ed.1252020087**

**CAPÍTULO 8.....85**

**COOPERATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE VINHO DE JUNDIAÍ (AVA) NO ÂMBITO DO PROJETO MICROBACIAS II**

Tamires Regina Rocha

Alan da Silva Vinhaes

**DOI 10.22533/at.ed.1252020088**

**CAPÍTULO 9.....97**

**DO IMPRESSO AO DIGITAL: O USO DE NOVAS MÍDIAS PARA INFORMAR E ORIENTAR CONSUMIDORES**

Solange de Fátima Wollenhaupt

Lúcia Helena Vandrúsculo Possari

**DOI 10.22533/at.ed.1252020089**

**CAPÍTULO 10.....106**

**FROM THE TERRITORY TO THE CYBER SPACE: THE SEARCH FOR THE SYMBOLIC CAPITAL OF THE MISAK INDIGENOUS**

Jennifer Paola Pisso Concha

Mário Cezar Silva Leite

**DOI 10.22533/at.ed.12520200810**

**CAPÍTULO 11.....111**

**EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUAS INTERFACES COM A VALORIZAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO ASSOCIATIVO: O CASO DA ECOLANCHES**

Heverton Felinto Pedrosa de Melo

Marucelle de Alcântara Bonifácio

Juliana Moraes da Silva Souza

Erbenia Lourenço de Oliveira

Mariéli Barbosa Cândido

**DOI 10.22533/at.ed.12520200811**

<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>123</b>
ESPAÇO RURAL NO PLANO PLURIANUAL (2008/2011) DA BAHIA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DISCURSO DO GOVERNO DO ESTADO	
Adelmo Santos da Silva Vanessa da Silva Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200812</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>132</b>
FAZENDA GUATAPARÁ: O BERÇO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO	
Denise Cristina Rosario Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200813</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>145</b>
MÍDIA E CAMPANHA DA FRATERNIDADE, CAMINHO PASTORAL PARA A JUSTIÇA E A PAZ	
Leila Maria Orlandi Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200814</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>154</b>
O CANTO DE CLEMENTINA DE JESUS: UMA APRESENTAÇÃO SINCRETICA ENGAJADA MANIFESTADA A PARTIR DA DÉCADA DE SEXTENTA	
Terezinha do Socorro da Silva Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200815</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>173</b>
O PAPEL E AS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA EM PORTO FERREIRA-SP	
Alan da Silva Vinhaes Tamires Regina Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200816</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>185</b>
SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO PASTORAL E ECLESIAL	
Matheus da Silva Bernardes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200817</b>	

**CAPÍTULO 18.....194**

**UMA RELAÇÃO DIVINA E CULTURAL ATRAVÉS DA PRÁTICA DO JONGO: MEMÓRIA DE UMA ANCESTRALIDADE DA CANTORA CLEMENTINA DE JESUS**

Terezinha do Socorro da Silva Lima

Ana Maria Cavaleiro de Macedo Bragança

**DOI 10.22533/at.ed.12520200818**

**SOBRE AS ORGANIZADORAS.....209**

**ÍNDICE REMISSIVO.....210**

# CAPÍTULO 12

## ESPAÇO RURAL NO PLANO PLURIANUAL (2008/2011) DA BAHIA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DISCURSO DO GOVERNO DO ESTADO

*Data de aceite: 01/08/2020*

### **Adelmo Santos da Silva**

Graduando no Curso de Licenciatura em Geografia Universidade Estadual de Feira de Santana

### **Vanessa da Silva Vieira**

Professora do Curso de Geografia Universidade Estadual de Feira de Santana

**RESUMO:** Trata-se de uma análise das concepções sobre espaço rural presentes no Plano Plurianual (PPA) do estado da Bahia, do quadriênio de 2008 – 2011. O objetivo foi identificar as interfaces entre as ações do governo estadual e o espaço rural, no intuito de verificar as prioridades na tomada de decisão relacionada ao desenvolvimento rural. É importante salientar que somente a identificação dos programas não é o suficiente para definir a concepção do espaço rural na perspectiva do governo do estado, mas tal identificação aponta para as tendências das ações.

**PALAVRAS-CHAVES:** Espaço rural, Plano Plurianual, Bahia.

**ABSTRACT:** The article refers to an analysis of the conceptions about rural present in the Plurianual Plan (PPA) of the state of Bahia, of the quadrennium of 2008 – 2011.

The objective was to identify the interfaces between the actions of the state government and the rural area, in order to verify the priorities in the decision making related to rural development. It is important to point out that only

the identification of the programs is not enough to define the conception of the rural space from the perspective of the state government, but such identification indicates for the tendencies of the actions.

**KEYWORDS:** Rural Space, Public Policy, Bahia

### 1 | INTRODUÇÃO

Apresenta-se, aqui, uma análise das concepções sobre espaço rural nos Planos Plurianuais (PPAs), com o objetivo de reconhecer no discurso governamental as interfaces entre tais concepções e as ações programadas para o desenvolvimento rural. O PPA é um instrumento de planejamento oficial, instituído constitucionalmente, que organiza e direciona a ação governamental por um período de quatro anos. Embora o texto constitucional não mencione, o PPA é também um instrumento da esfera municipal e estadual e cada gestor irá elaborá-lo e executá-lo de acordo às metas, aos objetivos particulares e à concepção de desenvolvimento orientadores das suas ações. No contexto de descentralização político-administrativa, cada ente federativo, na competência de suas atribuições, instituiu a Lei do Plano Plurianual. Por conta disso, de acordo a Constituição Estadual da Bahia, de 1989, art. 159, §1º

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (Bahia, 1989, art. 159, §1º)

O PPA é estabelecido no segundo ano de cada mandato governamental, a partir de lei própria do Poder Executivo e segue normas constitucionais. Do ponto de vista oficial, desde a Constituição Federal de 1988, o PPA foi designado o primeiro instrumento de planejamento, orçamento e gestão, no âmbito da administração pública. Além de conter diretrizes, objetivos e metas para um quadriênio, o PPA estabelece os programas e ações, que serão direcionados para todo o território, de forma regionalizada. Trata-se de um instrumento orientador e revelador da política territorial, por conta da sua expressividade sobre as prioridades do governo sobre o território.

Numa abordagem geográfica o PPA integra os recursos organizacionais do território. Conforme Fonseca (2005), tais recursos referem-se às normatizações e aos instrumentos de gestão que interferem diretamente no desempenho do território. Com base em Vieira (2018), quando tais recursos estão direcionados para uma espacialização equilibrada dos investimentos e orçamentos, visando assegurar o atendimento às demandas sociais de cada porção territorial tende-se a alcançar maior justiça espacial.

Assim, os Planos Plurianuais foram delimitados, aqui, seguindo essas motivações, a saber:

- Compreender a leitura espacial do governo sobre o espaço rural, face as concepções, ações e programas que integram o PPA;
- Compreender a construção do mapa das prioridades para o espaço rural estabelecidas pelo governo estadual;
- Compreender as permanências e mudanças presentes na concepção de espaço rural, definidas por um mesmo grupo político-partidário elaborador do Plano Plurianual.

É importante salientar que, somente a identificação dos programas não é o suficiente para definir, de forma absoluta, a concepção de espaço rural na perspectiva do governo do estado da Bahia. Todavia, considera-se a estratégia discursiva um referencial que antecede a prática espacial.

As concepções sobre o espaço rural foram identificadas face o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, instituído pela Lei Estadual nº 10.705/07, de 14 de novembro de 2007, no governo Jaques Wagner, no período de 2007-2010. Em seguida, identificou-se a relação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural e as contradições existentes quando o governo do estado Bahia, inseriu numa mesma Diretriz Estratégica do PPA – Dinamizar a agricultura familiar e desenvolver o agronegócio articulado com a rede de produção estadual – ações e programas para a agricultura familiar e para o agronegócio, em que pese os interesses divergentes de tais atividades econômicas.



## 21 ESPAÇO RURAL NO PLANO PLURIANUAL 2008-2011 DO ESTADO DA BAHIA

Apresenta-se, aqui, primeiramente, a abordagem encontrada sobre espaço rural mediante a análise do Plano Plurianual 2008-2011 e, segundo, a emblemática inserção dos temas da agricultura familiar e agronegócio numa mesma diretriz estratégica governamental e, finalmente, o limite sobre o “novo” discurso do desenvolvimento rural.

### 2.1 O DISCURSO SOBRE O ESPAÇO RURAL NO PPA 2008-2011

O PPA 2008-2011, elaborado no governo Jaques Wagner marca o início de um ciclo governamental, em que o Partido do Trabalhadores (PT) assumiu a liderança do poder executivo da Bahia. Ciclo este que atualmente, 2020, encontra-se em seu quarto período consecutivo de mandato.

Embora o governo do estado não delimite, diretamente, qual o significado de desenvolvimento rural, observa-se, pelo menos, dois aspectos: 1) necessidade de mudança no discurso sobre os princípios do desenvolvimento e a necessidade de superar a pobreza. Nesse sentido, o espaço rural ganha destaque no governo Jaques Wagner, primeiro por conta das associações e sindicatos ali presentes e que desempenharam um papel de destaque nas articulações políticas, para a eleição, no interior do estado da Bahia; 2) ênfase no espaço rural, que representava alinhamento político-partidário com o governo federal, demonstrando um discurso de apoio e concordância com as políticas de valorização e investimento em tal espaço.

Porém, velhas retóricas estiveram presentes nesse “novo” discurso. Uma dessas retóricas refere-se à correlação entre rural, pobreza e semiárido no contexto baiano. No discurso sobre a “Política de Desenvolvimento Rural”, no referido Plano Plurianual, o governo afirma que na

Região Semiárida, concentram-se os piores indicadores sociais do Estado, sendo que a exploração e promoção de atividades produtivas enfrentam não apenas os obstáculos das restrições hídricas, mas também de uma estrutura fundiária extremamente concentrada e da fragilidade do capital humano. Este contexto dificulta a introdução, junto aos pequenos produtores rurais, de novas tecnologias adaptadas ao Semiárido, assim como, de novas formas de acesso aos mercados. (Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, p. 57)

O foco para as ações deu-se via instituição do Programa Água para Todos<sup>1</sup>. Nesse sentido, o governo do estado faz a seguinte afirmação:

<sup>1</sup>Através do Programa Água para Todos, em seus diversos subcomponentes, o Governo do Estado desenvolverá, de forma articulada, um conjunto de ações voltadas para a gestão da política hídrica e para a oferta de água e saneamento básico em todo o território baiano, em especial nas áreas rurais do Semiárido. (Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, p.57)

Outro aspecto que se destaca no documento oficial é o uso dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como forma de enfatizar os grandes problemas enfrentados pela população rural, referente a pobreza e a precária infraestrutura. Entre

1. O Programa está integrado ao Plano Brasil Sem Miséria, administrado pelo Governo Federal no sentido de distribuir a água para as populações carentes e rurais que não são atendidas de maneira qualificada para se desenvolverem.

tais problemas estão o acesso à alimentação de qualidade, à água potável, aos serviços de saneamento básico, à saúde e à educação. Os números do IBGE, destacados no PPA (2008/2011), apontam que mais de 59% da população rural encontram-se em situação de insegurança alimentar; possuem baixo acesso à energia elétrica, pouco mais de 32% e, também, baixo acesso ao abastecimento de água, apenas 31% da população rural. Confirma-se, assim, o governo do estado, como grande conhecedor das dificuldades específicas das áreas rurais, as quais ultrapassam as questões climáticas, características do semiárido.

Além disso, o governo reconhece a agricultura familiar como possibilidade de promover maior desenvolvimento rural no que se refere à geração de renda, comparado ao agronegócio. A agricultura familiar, conforme os dados do IBGE, disponíveis no PPA analisado, corresponde a cerca de 32% dos ocupados na Bahia, superando os setores de comércio e serviços. Por conta disso, o governo explana, em seu discurso oficial, que a disparidade no acesso aos recursos entre os pequenos produtores e os grandes empresários do setor agrícola é meta a ser superada, por meio do fomento da agricultura familiar.

Neste sentido, o governo elaborou programas e ações que visam o combate à concentração fundiária, a formalização da renda do trabalho, entre outras. Deste modo, analisando os instrumentos governamentais, constata-se que ao mesmo tempo que o discurso fortalece a vinculação do rural à pobreza, também, aponta que mudanças dependem de decisões políticas.

## **2.2 A EMBLEMÁTICA INSERÇÃO DOS TEMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO NUMA MESMA DIRETRIZ ESTRATÉGICA**

Ainda é uma incógnita a possibilidade do governo conciliar as ações e programas da agricultura familiar baseada, inclusive, na redistribuição fundiária, com o setor do agronegócio, avido por grandes extensões de terra. Diz-se isso por identificar no PPA 2008/2011 que agricultura familiar e agronegócio integram a mesma Diretriz Estratégica, a saber: “Dinamizar a agricultura familiar e desenvolver o agronegócio articulado com a rede de produção estadual”. Oficialmente, o desenvolvimento do setor agroindustrial contribui de forma significativa para a diversificação, adensamento e desconcentração da economia baiana. Nesse aspecto, destaca-se as ações e programas, identificadas na Diretriz Estratégica para a agricultura familiar e o agronegócio, conforme Tabela 01.

<p>Tabela 01. Plano Plurianual 2008 - 2011  Diretriz Estratégica: Dinamizar a agricultura familiar e desenvolver o agronegócio articulado com a rede de produção estadual.  Programas e ações</p>
---

<p>Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Irrigadas para Agricultores Familiares</p>	<p>Apoio a Empreendimentos de Agroindustrialização e Comercialização em Rede</p>
---	--

Adequação das Estações Experimentais e dos Centros de Profissionalização em Unidades de Referência Agropecuária para Agricultores Familiares	Acompanhamento da Safra de Café
Implementação da Universidade Aberta do Campo para Agricultores Familiares	Desenvolvimento da Fruticultura Tropical
Adequação das Estações Experimentais e dos Centros de Profissionalização em Unidades de Referência Agropecuária para Agricultores Familiares	Produção de Amêndoas de Cacau para Revitalização da Lavoura Cacaueira
Utilização da Biotecnologia nos Processos Produtivos da Agropecuária com Foco na Agricultura Familiar	Implantação de Tanques de Expansão de Leite
Elaboração de Projetos de Crédito Rural para Financiamento da Agricultura Familiar	Fortalecimento da Floricultura Tropical e Subtropical
Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Apoio à Associação para Melhoramento Genético da Pecuária de Leite
Capacitação de Agricultores Familiares com Foco nas Cadeias Produtivas	Implantação de Postos de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxico
Distribuição de Sementes e Mudanças para os Agricultores Familiares – Suaf	Produção de Sementes nos Campos Experimentais e de Difusão de Tecnologias – Suaf
Construção de Moradias para Agricultores Familiares	

Fonte: Lei nº 10. 705/07, elaborado: por Adelmo Santos, 2019.

Quando o discurso governamental direciona-se para a agricultura familiar a abordagem retrata carência, precarização e pobreza no espaço rural, porém quando o discurso está direcionado para o espaço do agronegócio o rural é apresentado como apto à geração de riquezas e como potência para o desenvolvimento da economia baiana. Em geral, as atividades do agronegócio são adjetivadas como “pujante”, estabelecida da agricultura moderna e concentra-se em pontos específicos da Bahia, quase que como ilhas econômicas do agronegócio.

A Figura 01 mostra a distribuição dos principais nichos do agronegócio entre os Territórios de Identidade da Bahia.

## DISTRIBUIÇÃO DOS POLOS DE PRODUTIVIDADE NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA



Figura 01

Esses territórios ganharam notoriedade por conta da produção em larga escala de determinados produtos. Os Territórios de Identidade do Oeste Baiano e Bacia do Rio Corrente são referência na produção de monoculturas como a soja, algodão e, também, na criação de gado. A fruticultura irrigada e caprinocultura são destaques no Sertão de São Francisco. O Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, também é referência na fruticultura, mas o destaque maior é na produção de coco. O Litoral Sul e Baixo Sul tem relevante importância no agronegócio no que tange a produção de cacau e banana. Já o Recôncavo é um importante produtor de aves. O Extremo Sul e Vitória da Conquista apresentam destaques na fruticultura, criação de gado e o eucalipto. O único Território de Identidade, da porção central, do semiárido, que se destaca é Irecê devido, sobretudo, a produção de feijão.

### 2.3 O DISCURSO SOBRE O “NOVO” MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESPAÇO RURAL

É interessante verificar que embora o discurso seja ainda pautado na necessidade de mudança, a abordagem no tratamento sobre as oportunidades e potencialidades recicla, claramente, a produção agroindustrial, baseada na monocultura. Isso se confirma, por exemplo, em outro documento do governo, o Plano Estratégico, no qual, do ponto de vista oficial:

[...]. As boas perspectivas são para a soja, milho, algodão, café, cacau e frutas secas que, somados, tiveram um incremento de 52% em maio de 2008 com relação a maio de 2007. Além disso, a intensificação do comércio de bens passará a compor  $\frac{1}{4}$  do PIB mundial, com um maior número de pessoas consumindo. Isso implica uma mudança estrutural em favor dos países que tenham maior potencial de produção agrícola em termos de terra, clima e disponibilidade de água, podendo se constituir em oportunidade para países

em desenvolvimento, como o Brasil, e estados com grandes vantagens naturais como a Bahia. (Bahia, 2008, p. 36)

Essa frente de desenvolvimento favorece, na verdade, às relações econômicas de domínio externo. De acordo com Vieira (2018), retratam, na verdade, uma velha conhecida especialização do espaço baiano baseado na exportação de artigos primários e na dotação de infraestrutura, sendo assim, põe em cheque a ideia do proferido “novo paradigma”. Trata-se do uso dos recursos naturais do território que ainda condicionam a Bahia a ser uma moderna colônia agroexportadora; o que reflete um grave comprometimento do uso do solo para produção em larga escala de monocultura, especialmente, soja, milho e algodão. Assim, não se pode concordar, como consta no Plano Estratégico, que exportar soja, milho, algodão e café seja uma “janela de oportunidade” (Bahia, 2008, p. 36), mais se aproximam de grilhões do desenvolvimento, subordinando a Bahia ao fornecimento de matéria-prima. Tais concepções não foram extintas da retórica do “novo governo baiano”.

Outro aspecto refere-se à diversificação de investimentos no espaço rural. De acordo com a pesquisa recente de Silva (2019), em que foram analisados os setores de investimentos priorizados pelo governo do estado da Bahia, a partir de 2007, na composição do Plano Plurianual, identificou-se, por exemplo, que no período do Governo Jaques Wagner (2007-2010), o planejamento das ações para o espaço rural, centrou-se na agricultura familiar (Figura 02). Factualmente a agricultura familiar é uma atividade econômica importante no contexto das atividades rurais, entretanto é importante, também, a fomentação de programas e ações que compreendam o desenvolvimento rural para além do desenvolvimento de uma atividade econômica.

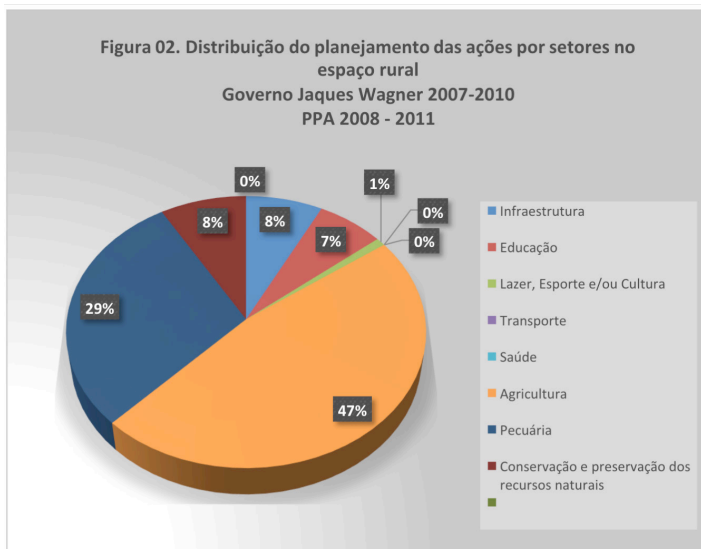


Figura 02. Distribuição do planejamento das ações por setores no espaço rural

Governo Jaques Wagner 2007-2010 PPA 2008 - 2011

Fonte: Lei nº 10. 705/07, elaborado: por Adelmo Santos, 2019.

A inexistência de programas de saúde e de transporte, assim como o reduzido número de programas e ações voltados para o setor de cultura, esporte e/ou lazer é preocupante. Numericamente, a princípio, os dados revelam a ênfase governamental na produtividade econômica, priorizando os setores da agricultura familiar e da pecuária. Destacou-se, ainda, que 50%, aproximadamente, das 106 ações planejadas, que foram identificadas na pesquisa, estavam voltadas para a agricultura familiar. Esta, do ponto de vista oficial, é a principal atividade econômica para o desenvolvimento rural. Assim, outro aspecto refere-se à necessidade de mudança no planejamento das ações para o desenvolvimento rural, prevendo a inclusão e fortalecimento de diferentes setores, tais como saúde, educação, meio ambiente, transporte e infraestrutura.

### 3 | CONCLUSÃO

Com base na análise do discurso presente no PPA, verificou-se que o espaço rural apresenta algumas problemáticas sendo a região semiárida a que apresenta situação mais agravante.

Embora haja um discurso de valorização e desenvolvimento do espaço rural por meio do fomento as atividades da agricultura familiar, notou-se um discurso que busca contemplar os produtores da agricultura familiar, via desconcentração fundiária, e do agronegócio, que tem por base a produção de commodities, para abastecimento do mercado externo, através da mecanização do campo e da concentração fundiária.

Verificou-se que embora o discurso governamental indicasse a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, houve diversos programas e ações voltados para o agronegócio. Esse último apresenta aspectos que divergem do desenvolvimento ideal e sustentável, haja vista, que produzem em larga escala por meio da mecanização, contribuindo para o aumento desemprego, a utilização de defensivos químicos e agrotóxicos, extremamente prejudicial a saúde humana, fertilidade dos solos e poluição ambiental.

Finalmente, o estudo indica quais os limites sobre o “novo” discurso do governo. Verificou-se, por exemplo, que as ações, majoritariamente, resume o desenvolvimento rural ao fortalecimento da agricultura familiar, enquanto uma atividade econômica. O planejamento de ações direcionados para mobilidade e transporte, fortalecimento da cultura, esporte e/ou lazer, saúde e educação específicas para o rural ainda aparece de forma muito tímida, quando não inexistente. Essa condição precisa ser alterada, visando a melhoria a qualidade de vida e o bem estar da população.

### REFERÊNCIAS

FONSECA, A. A. M. da. **Instituição e desenvolvimento territorial**: o desempenho municipal após processo de descentralização. Feira de Santana: Imprensa Universitária, 2005.

Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007. Institui o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual, para o período de 2008 - 2011 e dá outras providências.

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. K. et al (Orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ Comissão Nacional no Brasil da União Geográfica Internacional, 1995.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira.** VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. Revista Estudios Territoriales. São Paulo, setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Artigo, Estudos Avançados 15 (43), (p. 185-206), 2001.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Belo Horizonte. Revista Nova Economia, 1997.

SILVA, Adelmo Santos da. **Abordagem dos espaço rural nos Planos Plurianuais da Bahia elaborados sob lideranças petista: concepções, fundamentos, avanços e limites.** Relatório de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESB). Universidade Estadual de Feira de Santana, BAHIA, 2019.

VIEIRA, V. da S. **O Estado e as políticas territoriais na Bahia: entre o discurso e a prática.** 256fls. Tese (doutorado). Programa de doutoramento em História, Geografia e História da Arte. Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela, 2018.

## ÍNDICE

### A

Acervo Histórico 1, 142  
Aerofotogrametria 1, 4, 7, 9, 10

### B

Bíblia 40, 42, 44, 46, 47, 48

### C

Capital Simbólico 52, 106  
Cartografia 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15  
Cibercultura 49, 50, 51, 52, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 110  
Ciberespaço 49, 50, 99, 102, 105, 106, 110  
Cidades Sustentáveis 53, 56, 57, 60, 62, 63, 67, 70, 71, 72  
Circularidade 74, 75, 78, 80, 84  
Consumo 52, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 114, 116, 136, 137, 177, 179  
Criança Kaiowá 74, 84

### D

Daniel Faria 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48  
Desenvolvimento Local 63, 111, 113, 118, 120

### E

Economia Solidária 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 180, 183  
Educação 31, 39, 52, 59, 61, 66, 69, 84, 97, 98, 105, 115, 122, 150, 154, 171, 172, 194, 196, 209  
Educação Online 97, 98, 101, 104, 105  
Estado 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 15, 24, 29, 34, 61, 71, 74, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 96, 100, 115, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 142, 149, 154, 171, 176, 183, 194, 197, 206

### F

Fogo Doméstico 74, 75, 76, 77, 80, 81, 84

### G

Geoprocessamento 1, 7, 14

### I

Indústria Fonográfica 16, 18, 26  
Interatividade 49, 50, 51, 97, 98, 99, 102, 104

### J

João Pessoa 53, 54, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 111, 113, 115, 117, 121, 122



## L

Laranjeira Nãnderu 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84

## M

Master Nerd 49, 51

Mídias Digitais 97, 98, 101, 106

Mística 40, 42

Mulher 20, 21, 23, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 111, 113, 116, 117, 118, 121, 166, 171, 189

Música Sertaneja 16, 17, 18, 25, 26, 27

## N

Nerd 49, 50, 51, 52

## O

Ods 53, 54, 56, 60, 62, 67, 68, 69, 70, 72

## P

Poesia 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 198

Política Indigenista 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39

Políticas Públicas 54, 73, 85, 86, 87, 90, 95, 96, 101, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 146, 148, 149, 150, 173, 174, 175, 176, 181, 182, 183

Produção de Sentidos 97

Produtores Culturais 106

Projeto 1, 4, 9, 31, 32, 36, 37, 38, 57, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 103, 115, 116, 141, 173, 183, 184, 189, 195, 197, 198, 206

Protagonismo Indígena 28, 29, 30, 31, 35, 36, 38

## R

Relações 4, 28, 29, 30, 40, 41, 49, 61, 69, 72, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 98, 99, 102, 113, 115, 119, 120, 129, 133, 138, 140, 154, 160, 166, 171, 176, 177, 180, 194, 200

Representação 4, 5, 16, 18, 21, 26, 30, 50, 159, 172, 175, 195, 196, 199, 200, 203, 207

## S

Sensoriamento Remoto 1, 6, 8, 10, 14

Sustentabilidade 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 113, 114, 116, 180

## T

Terra 5, 6, 7, 18, 25, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 54, 55, 58, 59, 65, 68, 69, 72, 75, 83, 84, 101, 105, 126, 128, 141, 142, 151, 155, 161, 165, 170, 175, 177, 178, 182

Tião Carreiro e Pardino 16, 17, 19, 24, 25, 26

## V

Valorização da Mulher 111

Vida Rural 16, 18


# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 